

História Local e atores sociais – A presença do Protestantismo em Vila Nova de Gaia: das escolas ao associativismo (1868-2015)¹

JOSÉ ANTÓNIO AFONSO

jafonso@ie.uminho.pt

Instituto de Educação/Centro de Investigação em Educação – Universidade do Minho [ORCID ID: 0000-0002-7061-306X]

ANTÓNIO MANUEL S. P. SILVA

iaet.coordenador@igreja-lusitana.org

Coordenador do Arquivo Histórico da Igreja Lusitana; Investigador do CITCEM – Universidade do Porto [ORCID ID: 0000-0002-2403-4737]

Resumo

Apresenta-se uma leitura conjunta da rede escolar local da Igreja Lusitana, captando de forma sumária as dinâmicas educativas e pedagógicas destas escolas e a sua reconfiguração, no século XX, num projeto de amplitude social: a criação da Associação das Escolas do Torne e do Prado (AETP). Evidenciamos que dois grandes ciclos podem ser detetados: o das Escolas a que se sucede o do Associativismo. Sublinham-se os inequívocos contributos de uma religião minoritária, na criação de fortes vínculos com as comunidades e a sociedade envolvente, geradoras de uma identidade simbólica e perene na educação popular em Vila Nova de Gaia.

Palavras-chave:

Religião minoritária; Igreja Lusitana; Vila Nova de Gaia; Ação educativa; História local; Associativismo.

Abstract

The study of the local educative and pedagogical importance of the network of the Lusitanian Church is the goal of this text. During XXth century it became also a social project: the foundation of the Torne and Prado School Association (AETP). Two big cycles can be identified: first the school and later Associativism. The contributions of a minority religion in the promotion of strong connections with communities and local society and the establishment of a symbolic identity in popular education in Vila Nova de Gaia are also a target to be achieved.

Key concepts:

Minority religion; Lusitanian Church; Vila Nova de Gaia; Educative action; Local History; Associativism.

¹ Versão resumida do estudo, realizado no âmbito do Projeto INOVAR (PTDC/MHC - CED/ 0893/ 2014, financiado pela FCT): AFONSO, José António & SILVA, António Manuel S. P. (2019). Sob o signo da inovação: a presença protestante em Vila Nova de Gaia (desde 1868). In Joaquim Pintassilgo & Luís Alberto Marques Alves (Coord.). *Roteiros da Inovação Pedagógica. Escolas e experiências de referência em Portugal no século XX* (pp. 34-65). Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Introdução

No contexto de um renovamento da História local, importa sublinhar a relevância que vão adquirindo os diferentes atores que intervêm em determinado espaço e que advêm escrupulosamente do estatuto historiográfico que a História local tem conquistado, essencialmente, por enveredar por uma via que se centra em abordagens micro-histórias que rompem com uma história historizante, na aceção de Lucien Febvre, fazendo, por consequência, emergir o conceito de sociedade numa escala micro - que como assinalado por muitos autores, como Bernard Lepetit (1995) e Bérenger Boulay (2010), é uma “categoria da prática social”, com capacidade de “instituir as suas próprias referências” (Lepetit, 1995).

Se a noção de escala quer significar a “relação com a realidade e a sua representação historiográfica” (Boulay, 2010) tal implica que a História local seja uma história de múltiplas escalas onde adquirem pertinência heurística as diferentes temporalidades, bem como o equilíbrio entre o singular/individual e o coletivo, ou entre a “diacronia dos acontecimentos e a sincronia dos elementos”, remetendo esta problemática para a questão das fontes e dos seus limites. O que tradicionalmente foi considerado como algo de natural (fontes como simples

repositório de informação) passam, num novo regime de historicidade, a ser conceptualizadas como “contextos”, porque elas são “ações em si mesmo” – e jamais meros *traços* – o que se traduz como “uma intenção que está inscrita na ação de fazer”; em síntese: as fontes são a “construção de um lugar social” (Cerrutti & Grangaud, 2014, p. 91-102).

Estes pressupostos dilaceram um processo científico que naturalizava as fontes de informação e instrumentalizava ideologicamente o trabalho do historiador, limitando-o a uma espúria dialética entre história local e história nacional, assente em premissas herdadas de um imobilismo epistemológico e regido por censuras – ou autocensuras – que transformavam a história local num incharacterístico objeto de estudo, circunscrito a argumentos patrimonialistas ou culturais re-féns de uma identidade mítica, que afastavam qualquer tentativa de história social. Esta viragem historiográfica (não imune a paradoxos, derivas regionalistas, redução a “meros lugares de memória”, construída como teleologia de uma identidade local ou mero instrumento de legitimação, por exemplo do poder local) não deixou, contudo, de ser um possível lugar de renovamento dos questionamentos socio-históricos – ultrapassando a mera releitura da história nacional – para dar

consistência e sentido aos acontecimentos/factos históricos e às suas memórias – ou as diferentes modalidades de se “insinuarem no corpo social coletivo” (Farge, 2002), Uma outra virtualidade desta renovação radica na possibilidade de contribuir para que se repensem as temporalidades locais e a pluralidade de atores, reposicionando os contemporâneos face aos acelerados processos de perda da memória coletiva, frequentemente, ainda associados a equívocas mudanças semânticas.

Com o exemplo que pretendemos discutir, articulando a descrição e a narração, trazemos uma ilustração da persistência num espaço concreto de atores sociais, conotados como acatólicos que, numa canónica história do local foram silenciados, como também o foram de uma história do nacional, processo que não se reduziu a meras adjectivações revelando, pelo contrário, uma extraordinária apologia de uma unilateral fabricação do passado.

1. Contextos socio-religiosos

A ação educativa e assistencial acompanhou quase sistematicamente a implantação da Igreja Lusitana nas diferentes localidades do País onde se fez presente nos quase 140 anos que leva de existência como confissão religiosa organizada. Em Vila Nova de Gaia esta igreja anglicana encontra-se estabelecida desde as suas origens, e à semelhança do que sucedeu em muitas outras das suas comunidades, todas as paróquias nasceram associadas a instituições escolares, naturalmente com expressão e longevidade diversas².

Importa referenciar que, a partir da década de 1830, diversas iniciativas por parte de leigos, ministros ou ex-padres católicos convertidos à fé evangélica que criaram espaços de estudo bíblico, pregação e outros atos religiosos, levando mesmo à instalação de comunidades locais relativamente estáveis, como sucedeu com a capela de rito anglicano do espanhol Vicente Gómez y Tojar, que exerceu em Lisboa entre 1839 e 1870, servindo fiéis de diferentes nacionalidades, incluindo portugueses, como um ex-padre católico que aí celebrou o seu matrimónio (Moreira, 1957, p. 317; 1958, p. 109-49; Silva, 1995a,

² Além das aqui tratadas, a Igreja Lusitana teve também escolas anexas às paró-

quias do Redentor (Porto), São Paulo, São Pedro e Jesus (Lisboa), Santíssima Trindade (Sintra) e Espírito Santo (Setúbal).

p. 740). Posteriormente estes movimentos desembocaram na criação de igrejas mais ou menos institucionalizadas, como a Igreja Metodista (desde 1871-1877), a Igreja Lusitana (desde de 1878, com fundação formal em 1880), a Igreja Presbiteriana e, algum tempo depois, os Baptistas e outras confissões.

Não sendo este o espaço para historiar esses movimentos de diversificação religiosa remetemos o leitor para a vasta bibliografia³, mas interessará muito de passagem anotar aqui alguns pontos comuns dessas propostas alternativas para melhor se contextualizarem e compreenderem as iniciativas escolares da Igreja Lusitana.

Independentemente das naturais diferenças de sensibilidade teológica e litúrgica que se foram afirmando ao longo do tempo, os dinamizadores destes movimentos religiosos partilhavam dois princípios absolutamente reitores das suas ações: a centralidade da Bíblia como instrumento de evangelização e formação cristã, e a necessidade da instrução para possibilitar o acesso aos textos sagrados e promover consciências mais livres e esclarecidas. Como dispositivos centrais desta estratégia situam-se as Escolas Dominicais e as Escolas Diárias.

Deste modo, a par de outras atividades filantrópicas e assistenciais, dependendo das circunstâncias e dos meios disponíveis, as escolas e colégios protestantes visavam dar oportunidade a todos os indivíduos de ler a Bíblia, praticar uma fé mais esclarecida e adquirir ferramentas de promoção social, para além de constituírem um meio de interação com as comunidades e visibilidade pública dos princípios morais e doutrinários que norteavam as novas propostas religiosas.

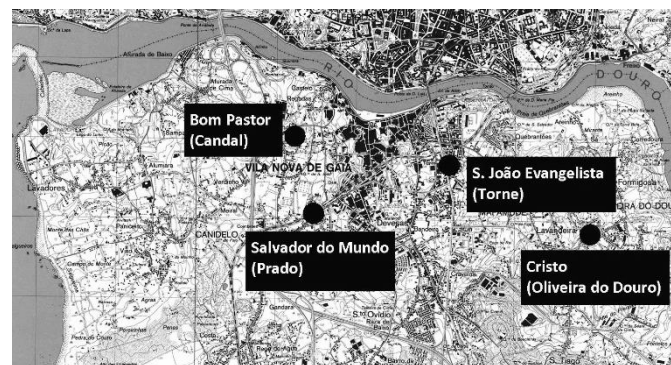


Figura 1. As atuais comunidades da Igreja Lusitana em Vila Nova de Gaia foram estabelecidas em 1868 (Torre), 1887 (Candal), 1901 (Prado) e 1907 (Oliveira do Douro) (Fonte: Silva, 2018b)

³ Deve-se a António Manuel S. P. Silva (2018a, p. 175-249) a extensa e atualizada bibliografia sobre o Protestantismo em Portugal até “aos finais da monarquia”.

2. Do Torne: a escola como templo da instrução

Assinalando no seu jornal a inauguração da Escola do Prado, em 1901, Diogo Cassels designava-a como “templo da instrução” (*Egreja Lusitana*, 90, 1901, p. 2) expondo com frontalidade a importância fundamental que dava ao ensino e à educação e, ao mesmo tempo, o papel da escola e da igreja entendidas quase como faces da mesma moeda. Mas o trabalho de Cassels começara muito antes, quando apenas com 24 anos instalou uma sala de aula para a qual contratou um professor habilitado. Estávamos em 1868 e foram essas as raízes da escola do Torne.

James Cassels nascera numa família de industriais ingleses radicada em Portugal. Filho mais velho de uma família numerosa, estava-lhe reservada a condução dos negócios, designadamente após a morte do patriarca em 1869. Mas não eram esses a vocação e destino de Diogo. Com pouco mais de vinte anos começou a organizar reuniões, para as quais convidava amigos, familiares e operários da fábrica paterna: ali se lia a Bíblia, entoavam cânticos religiosos e faziam orações; o movimento foi crescendo até atrair a atenção das autoridades. Em 1868, foi denunciado e julgado por ofender a religião estabelecida

como oficial na Carta Constitucional e simultaneamente propagar doutrinas contrárias ao catolicismo romano, tendo sido condenado a seis anos de deportação, pena posteriormente comutada em tribunal de recurso (Cassels, 1908; Aspey, 1971; Silva, 1995b)⁴.

A escola começou também nesse ano de 68 quando Cassels confessava o desejo de “construir uma escola e salas de classe” (Aspey, 1971, p. 60) anexas à capela. Não podendo fazê-lo de imediato contrata um jovem professor – designado apenas como Sr. Bento e dito “competente tanto para a instrução religiosa como para a secular” – para as lições, que teriam lugar na sua residência ou em casa arrendada para o efeito (*Idem*, p. 60-61).

Nos anos subsequentes a escola manteve-se em funcionamento, parecendo alargar-se à alfabetização de adultos em 1871 (*Idem*, p.108). Em 1872 foi construída no Torne a primeira sala de aulas, para a classe feminina, e contratada uma professora. Parece que a classe masculina e a aula noturna para adultos prosseguiram numa casa alugada, à Lavandeira, com Manuel Carvalho como professor (*Idem*, p. 138), até à edificação de uma nova sala de aulas no Torne. A centralização da atividade educativa naquele espaço só teria lugar

⁴ Para uma consistente biografia sobre Diogo Cassels ver Peixoto, 2018.

alguns anos mais tarde e culminou, em 1894, aquando da construção de um novo templo. A capela primitiva ficou destinada à aula masculina (Silva, 1995b; Afonso & Silva, 2010; 2015). Desde então, a fachada de empena triangular, ladeada pela torre do relógio, ganhou estatuto como emblema icónico da Escola do Torne.

Uma das características mais notáveis do Torne foi a extraordinária diversidade da oferta escolar e cultural. À preocupação primeira da alfabetização, Cassels juntou um conjunto de dispositivos que refletiam uma estratégia educativa abrangente e direcionada a diferentes segmentos da população. Para os mais pequenos implementou-se a aula infantil (*Relatório da Igreja Lusitana (...). 1897-8, 1899, p. 23*); para os jovens adultos ou dar sequência ao ensino elementar, a formação alargou-se rapidamente a diversas disciplinas de instrução secundária, como Francês, Inglês, escrituração e cálculo comercial, e também desenho geométrico, música e canto coral, costura e artes e ofícios, para as quais se chegou a iniciar uma espécie de escola profissional. O regular contacto de Cassels com os modelos de ensino britânico, suíço e do norte da Europa levou-o a valorizar as dimensões da educação física, sendo a ginástica tida em elevada consideração, tendo particular cuidado na escolha dos aparelhos que lhe eram dedicados, como o

uso de trapézio, barras paralelas, escada, baloiço e halteres, destinados a exercícios “agradáveis, úteis e muito higiénicos” (*Egreja Lusitana, 221, 1907, p. 4*).

As aulas noturnas, dirigidas essencialmente a operários, estabelecidas desde os primeiros anos da escola, tinham muita procura e assinaláveis resultados, como refere o fundador: "Centenas de tanoeiros e outros que entraram neste curso, completamente analfabetos, agora sabem ler, escrever e contar, e alguns estão estudando para fazer exame de instrução primária" (*Egreja Lusitana, 281, 1911, p. 2*).

Novos recursos pedagógicos vão sendo acrescentados, numa perspectiva de melhoria contínua. Em finais do século XIX já usam o gramofone, as projeções com lanterna mágica e o cinematógrafo além de coleções de vistas e quadros coloridos e também lições de microscópio. Todavia, as “lições práticas” não se circunscreviam às salas de aula; assumiam a forma de passeios, excursões, visitas (a estabelecimentos assistenciais e asilares ou aos pobres para ofertar roupas, alimentos ou singelamente brinquedos para as crianças). Em contexto escolar realizava-se a Festa das Flores, a Festa da Árvore e também, num quadro de maior inter-relação com a esfera religiosa, a Árvore de Natal.

Estabeleceu-se um “Gabinete de Leitura” (*Relatório da Igreja Lusitana (...)*. 1887, 1888, p. 23). Eram muito frequentes as conferências “patrióticas, históricas, instrutivas”, as quais, abrindo as portas da escola a personalidades dos mais diferentes quadrantes, tonificavam o ensino com uma vertente prática e de atualidade.

O projeto da Escola do Torne assumiu uma notória modernidade e desenvolveu-se numa verdadeira rede que interligava as dimensões comunitária, cultural, ética e social, com o objetivo de alfabetizar, escolarizar, sociabilizar e evangelizar (Silva & Afonso, 2015, p. 18-21). A educação ministrada assentava em princípios cívicos e morais naturalmente de inspiração cristã, iludindo a tentação confessional e proselitista. A aprendizagem das crianças seguia o caminho da “moral, caridade, temor a Deus, a obediência, noções de história sagrada e a leitura dos Evangelhos”. Diogo Cassels assumia porém que “o ensino dos dogmas e preconceitos peculiares de qualquer religião fica ao encargo dos pais dos alunos, cuja maioria é católica e evangélica, mas alguns são livres-pensadores e compete-nos respeitar as crenças de todos” (*Egreja Lusitana*, 444, 1918, p. 2).

Não eram apenas as crianças o alvo do programa educacional. Escola

e igreja entreteciam-se num sentido de comunidade geradora de dinâmicas próprias e de grande impacto no meio. Veículo privilegiado de comunicação e inculturação era o jornal *Egreja Lusitana* (1894-1923), que projetava a instituição para o exterior, alcançando uma alargada rede de benfeitores e outros interessados no trabalho do Torne.

Para os jovens e adolescentes implementaram-se organizações como a Liga de Esforço Cristão e o Grémio da Juventude Evangélica; para dar resposta às necessidades dos operários e outros trabalhadores que constituíam segmento maioritário no público da escola e da congregação religiosa, Cassels criou a associação mutualista do “Banco dos Artistas” e uma Sociedade Evangélica de Socorros Mútuos, ações complementadas pela manutenção de um Fundo dos Pobres, a oferta da Sopa Económica e refeições a famílias carenciadas em vários estabelecimentos de Gaia, a construção de um bairro de social com duas dezenas de casas e outros dispositivos mais ou menos formalizados. O dia da festa escolar, anual, era uma cerimónia especial que, de certo modo correspondia ao clímax da representação de si própria, para dentro e fora da instituição, (Afonso & Silva, 2010; 2015). Celebrada usualmente no dia de Natal, exibia o que de melhor a escola tinha para oferecer no plano educativo: récitas e discursos feitos por alunos e

professores, exposição de trabalhos escolares e entrega de prémios aos alunos que mais se haviam destacado no ano letivo; para a mesa eram convidados os inspetores do ensino escolar e personalidades de relevo (administrador individualidades da do concelho, presidente da Câmara ou outros representantes da Vereação) entre política ou da cultura local; na assistência, em sala lotada com muita antecedência, pais dos alunos e muitos convidados – professores do ensino oficial e particular, jornalistas, industriais e comerciantes e outras figuras de destaque social.

O programa, relativamente padronizado, obedecia a uma espécie de liturgia em crescendo atingindo o auge com a entrega dos prémios aos alunos (medalhas e alfinetes em prata e ouro, diplomas, livros ou montantes em dinheiro) e os discursos das individualidades presentes, sempre laudatórios da excelência e das virtudes da escola como instituição. Em 1897, o inspetor escolar Simões Lopes declarava no seu discurso que “ (...) não tem dúvida alguma em afirmar, sem receio de desmentido, que a Escola do Torne é a primeira escola portuguesa.” (*A Luz do Operário*, 127, 1898).

A festa escolar constituía um *topos* fundamental do seu processo de permanentes autoidentificação e de representação e interação social,

projetando a escola na comunidade local como centro de excelência na formação cidadã.

Apesar do sucesso educativo e do crescente impacto social da Escola do Torne em Santa Marinha e freguesias vizinhas e do também crescente reconhecimento por parte de numerosas entidades e individualidades, a instituição viveu sempre sob um constrangimento maior: dificuldades financeiras crónicas, desde o nascimento da escola. Consciente de que o seu projeto educativo, voltado para os mais desfavorecidos, dificilmente seria auto sustentável, Diogo Cassels começou por assumir os défices – “as crianças que frequentam a escola diária pagam 10 réis por semana e eu pago o resto”, admitia em 1868 (Aspey, 1971, p. 6, mas a crónica falta de meios no Torne impedia o diretor de contratar professores devidamente habilitados, *idem*, p. 180).

Os alunos pagavam uma propina pouco mais que simbólica, cerca de dez réis por semana, quando um litro de vinho custava, no Porto, 90 réis (Peixoto, 2018, p. 153). Para custear os vencimentos (muito baixos) dos professores e as restantes despesas, Cassels contribuía pessoalmente com uma verba superior à da totalidade das propinas (*Idem*,

p. 153-154). Para auxílio das escolas promoviam-se subscrições regulares em Portugal e em Inglaterra além de muitas outras atividades (espetáculos, quermesses ou bazares). Desde o final do século sistematiza-se uma rede de benfeitores anuais – sobretudo firmas ligadas ao vinho do Porto, empresas industriais e comerciais e outras instituições e individuais – que rubricavam ou apunham o seu carimbo num livro de registo próprio. Cassels exarava um pequeno relatório e texto apelativo na abertura de cada campanha⁵.

Pedidos de apoio financeiro à escola são constantes no *Egreja Lusitana* – como o deveriam ser nas correspondências para amigos e familiares. Diogo Cassels exauriu praticamente todos os seus meios de fortuna na obra social e educativa que erigiu e verdadeiramente sustentou; porém, após a sua morte, os sucessores não dispuseram de recursos equivalentes, e a filantropia da rede de benfeitores começou a desvanecer-se ou a orientar-se para outros destinos. No último quartel do século XX, as transformações socioeconómicas decorrentes da revolução de Abril alteraram significativamente o contexto de atuação

da Escola do Torne que, em 1989, teve de interromper o ensino primário, continuando desde então com a educação pré-escolar e outras valências formativas no âmbito da Associação das Escolas do Torne e do Prado, através de uma IPSS então criada (Silva & Afonso, 2015).

3. A escola do Prado

A visão de Cassels, atenta às realidades socioeconómicas da região onde se movimentava, levou-o a considerar o projeto de expandir o trabalho educativo e religioso do Torne com um novo pólo nas Devesas, lugar transformado em importante centro industrial desde que a expansão da ferrovia aí instalara a estação terminal da linha do Norte (1864), depois prolongada para norte do Douro com a construção da ponte Maria Pia (1877).

Aí se tinham instalado importantes fábricas, designadamente de cerâmica, como a das Devesas, em 1865, ou a fábrica Pereira Valente, em 1884, mas também unidades de fundição e serralharia, tabacos, fiação e tecelagem, complementando a tradição das tanoarias que serviam os armazéns de vinhos e outros produtos situados mais próximos do rio.

processo que se manteve, com ligeiras cambiantes, até à década de 1970.

⁵ Arquivo Histórico da Igreja Lusitana: *Donativos para a Escola do Torne e Prado, 1899-1929* (livro manuscrito), a que se seguem livros para os anos seguintes, num

Estabeleceram-se naquele lugar um numeroso núcleo operário, em grande parte constituído por famílias vindas do interior do País, desenraizadas social e geograficamente, com deficientes condições de subsistência e às quais faltava largamente a assistência religiosa e educativa, sobrando em contrapartida a sociabilidade das tabernas e outros entretenimentos menos moralizadores (Cf., Cassels, 1908, p. 136-137).

As obras iniciaram-se nos inícios de 1900, com plano e direção de Marcelino Lucas Júnior, arquiteto da Câmara Municipal. O projeto do edifício escolar previa a construção de duas salas, “tendo cada uma escritaninhas para 60 alunos, sendo amplas bem ventiladas e com ampla luz”, havendo ainda uma residência e salão para conferências no piso superior e, na parte posterior, “um pátio de recreio para as alunas e ainda um campo pequeno, onde mais tarde talvez se possa estabelecer um ginásio para os alunos” (*Egreja Lusitana*, 74, 1900, p. 4).

A sessão solene para colocação da primeira pedra (19 de março), estando presentes ministros da Igreja Lusitana e várias personalidades locais, nomeadamente os industriais republicanos José Gonçalves da Silva Matos e José Mariani. Este último, cuja residência e fábrica de fiação e tecidos eram vizinhas da nova escola, é descrito como “um

dos iniciadores desta obra”, sendo um dos seus principais financiadores a seguir a Diogo Cassels, contribuindo com 100 mil réis para a compra do relógio e 50 mil réis para outras despesas (*Egreja Lusitana*, 76, 1900, p. 2-3).

As obras de construção do imóvel, “destinado para um templo de instrução, tanto para crianças como adultos e igualmente para uma casa de oração” (*Egreja Lusitana*, 90, 1901, p. 2), não foram isentas de dificuldades, dada a natureza instável dos terrenos (Duarte, 1999a, p. 12). Prosseguiram a bom ritmo e suscitavam curiosidade e expectativa, como Diogo Cassels noticiava no *Egreja Lusitana* (84, 1900, p. 1).

A inauguração não aguardou a conclusão das obras e foi marcada para o dia primeiro de maio de 1901, “coincidência notável, dia de festa para todos os operários”, como Cassels observou (*Egreja Lusitana*, 90, 1901, p. 2). Quinze dias depois iniciaram-se as aulas de instrução primária para o sexo masculino e aulas noturnas para adultos e rapazes, com 50 alunos matriculados em cada uma das turmas. O primeiro professor contratado foi o Rev. Manuel Gonçalves de Sousa, conceituado sacerdote que havia abandonado a igreja católica-romana, ficando a cargo do professor José Afonso as aulas noturnas, a funcionar

no salão do primeiro andar; o *Egreja Lusitana* anunciava também a oferta de aulas de Francês, sob responsabilidade do Rev. Sousa (*Egreja Lusitana*, 90,1901, p. 2-3).

Em outubro de 1902, após terminadas as obras em meados desse ano, tiveram início as aulas de instrução primária para meninas. Em 1903 o jornal anunciava que as aulas “se acham inteiramente completas de alunos, e é inteiramente impossível admitir mais, quer na aula do sexo masculino, quer do sexo feminino” (*Egreja Lusitana*, 126,1903, p. 2). Na notícia ainda se referia, com grande alegria, que muitas crianças “têm-se adiantado e feito notáveis progressos”.

Sendo a escola do Prado considerada por Diogo Cassels como uma filial da do Torne, naturalmente os recursos e dispositivos pedagógicos eram relativamente similares. Também no Prado se realizavam com alguma frequência sessões de lanterna mágica onde se exibiam “muitas vistas” e “quadros luminosos”, como a “História de David” ou a “Primeira Oração de Jéssica”, seguindo-se por vezes uma “distribuição de café e regueifas”. As festas escolares, normalmente celebradas em conjunto com a do Torne, ganham naturalmente o mesmo sentido tópico, e o ritmo do ano escolar é também assinalado pela participação das crianças em desfiles e comemorações cívicas como o

Centenário da Almeida Garrett que teve lugar no Palácio de Cristal em 1910 (*Egreja Lusitana*, 268, 1910, p. 1) ou na “Festa Nacional chamada da Árvore”, como a designava Cassels (*Egreja Lusitana*, 350,1914, p. 2).

Em 1913, vindo de idênticas funções na escola do Torne, Augusto Nogueira fixa residência no Prado como professor. Ele era um dos discípulos preferidos de Diogo Cassels e a sua deslocação para o Prado correspondeu, praticamente, à assunção da direção da escola, que se autonomizou da escola do Torne em 1923, com a morte de Cassels. Exercendo como professor até cerca de 1940 e como diretor até à década seguinte, Nogueira marcaria profundamente, pela sua personalidade e carácter, a docência e a identidade da escola do Prado (Duarte, 1986; Silva, Afonso & Vidal, 2016). Além das classes do ensino primário, ele ministrava as aulas noturnas de português, francês, inglês e cálculo comercial para exame externo à Escola Comercial de Oliveira Martins (Duarte1999a, p. 30).

O percurso da escola do Prado no decurso do século XX foi de certa maneira paralelo ao da Escola do Torne, ganhando em reconhecimento pedagógico o que os poucos recursos e o défice crónico amea-

çavam continuamente. A escola do Prado albergou sempre uma população escolar muito menor que a do Torne e não possuía condições físicas para expansão ou significativas alterações ao modelo educativo. Por alturas de 1918 o Prado oferecia “aulas de línguas e outras disciplinas de tarde depois das 5 horas” (*Egreja Lusitana*, 448, 1918, p. 4), e na década seguinte lecionava “instrução primária e secundária diurna e noturna para ambos os sexos” (*O Cristão Lusitano*, 4,1925, p. 8). A procura era grande e os jornais publicavam avisos para que as matriculas se realizassem impreterivelmente nas datas estipuladas porque os que não cumprissem “sujeitavam-se a não encontrar lugar” na escola (*Egreja Lusitana*, 482, 1920, p. 3).

À medida que a centúria de Novecentos progredia, as endémicas debilidades financeiras da escola, a progressiva oferta da escolarização oficial e, por fim, as novas condições sociais e económicas resultantes do regime democrático implantado em 1974 acabaram por tornar insustentável a sobrevivência da escola do Prado, que se viu obrigada a fechar portas em 1989, vindo as suas instalações a ser utilizadas para um Centro Comunitário para apoio a idosos.

4. André Cassels e o Bom Pastor

Andrew Boys Cassels, cinco anos mais novo que o irmão Diogo, não demorou muito tempo a seguir-lhe as pisadas na atividade religiosa e educativa. É o próprio André que, já no final do seu ministério, narra os começos do seu trabalho educativo e evangelístico:

Em 1879, eu e minha família, viemos para o Candal, onde mrs. Kate Cassels, minha falecida esposa, principiou logo a trabalhar em benefício das mulheres e das crianças pobres, (...). Em 1882, por sua iniciativa, foram inaugurados em Lavadores, cultos evangélicos aos domingos à noite, a que assistia muita gente. Naquele mesmo ano, a mesma senhora conseguiu abrir, na rua do Monte [Coimbrões], uma escola para o sexo masculino e outra para o sexo feminino, matriculando-se logo na primeira semana 250 crianças. As escolas eram diárias e dominicais, aproveitando-se a escola feminina, que era a mais espaçosa, para a realização de cultos aos domingos e quartas-feiras, sendo a assistência numerosa, principalmente de mulheres. (Cassels,1930, p.14).

Poucos anos depois, entre 1883 e 1884, foi comprada uma propriedade na Rua do Rei Ramiro, onde foram edificadas escolas para ambos os sexos, desde então conhecidas como Colégio ou Escola Evangélica do Bom Pastor, construindo-se pouco depois um templo e outras dependências. A escola, dirigida por André Cassels e esposa, Elisabeth Kate, era descrita em 1884 como constando de “duas novas e magníficas salas, sendo uma para o sexo masculino e outra para o sexo feminino muito espaçosas, alegres e bem ventiladas (...) e um

pátio grande para recreio”. (*Relatório da Igreja Lusitana (...) 1889*, 1890, p. 25).

Mais tarde seriam contabilizados em mais de três milhares o número de alunos matriculados entre a inauguração da Escola em 1882 (Silva, Afonso & Vidal, 2016, p.4), e o ano de 1896, com uma média anual normalmente superior a 200 alunos, englobando as classes masculina, feminina e noturna (Silva, 2007), mas muitos mais passariam pela escola, que se manteve em funcionamento até aos começos da década de 1960. As aulas noturnas decorriam, aqui como noutras escolas, sob a égide da União Cristã da Mocidade – um corpo associativo destinado à juventude que apoiava o trabalho da igreja – e funcionava, em 1903, com três classes, sendo “a frequência numerosa e os alunos têm aproveitado muitíssimo” (*O Bom Pastor*, 1903, p. 8). O trabalho escolar prosseguiu ao longo dos anos adivinhando-se, dos poucos registos conservados, permanentes debilidades financeiras e por vezes talvez alguma dificuldade de afirmação no meio social, conforme poderá depreender-se de uma nota do relatório paroquial de 1913 (*Relatório da Igreja Lusitana (...). 1913*, 1914, p. 38).

⁶ Esta preocupação com a saúde pública era bem conhecida em André Cassels, que por sua iniciativa se encarregava de vacinar contra a varíola as crianças que o não tivessem feito. Ver Júlio Duarte (1999b) com referências aos números d’*O Bom Pastor* 2 (1909), 14 (1910) e 27 (1911).

A escola do Bom Pastor é a única da qual conhecemos o texto de uma espécie de regulamento interno, publicado em duas versões (1909 e 1912). A primeira enuncia em introito que

é lamentável que muitos pais tenham somente cuidado, quando o têm, em mandar seus filhos à escola diária e se esqueçam de cumprir o que é usual em todas as escolas evangélicas. Referimo-nos ao descuido, muitas vezes propositado, de não mandarem as crianças às Aulas Dominicais, onde lhes é dedicado exclusivamente algum tempo para a sua educação moral. (*O Bom Pastor*, 3,1909, p. 4).

Esta constatação justificou que os pais dos alunos a matricular tivessem de preencher desde então um requerimento de matrícula em cujo verso se encontrava impresso o regulamento, a que implicitamente se sujeitavam nesse ato. Além de apontar a idade mínima de admissão e a obrigatoriedade das crianças serem vacinadas⁶, estabelecia-se a propina de 20 réis semanais e a obrigação dos alunos assistirem com regularidade às Aulas Dominicais, prevendo-se mesmo uma assiduidade mínima de dois terços das aulas, sob pena de anulação da matrícula na escola diária (*Idem, ibidem*).

Em 1912, o regulamento escolar⁷ foi revisto, indicando-se que a es-

⁷ É assinado pelos diretores André e May Cassels e, como subdiretor, Armando Pereira de Araújo (*O Bom Pastor*, 34, 1912, p. 7).

cola passara a ser mista (o que sugere que, pelo menos nos anos anteriores, tal não sucedera) e estabelecendo-se propinas diferenciadas para os “filhos dos pais evangélicos” e para os restantes alunos: aqueles pagariam 20 réis por semana para a 1ª e 2ª classe e 40 réis na 3ª e 4ª classe; a propina geral era respetivamente de 60 e 100 réis. Em obediência à Constituição da República e à Lei da Separação expressava-se claramente que “está abolido o ensino religioso nesta escola”, informando-se porém que “para os filhos dos pais evangélicos, a Corporação Cultural da Igreja Lusitana do Bom Pastor, em horas que não se relacionem com as da Escola estabelecerá classes para explicação do Evangelho dentro da Igreja”. O último ponto do regulamento previa contudo, de forma hábil, que todos os alunos poderiam “gozar das mesmas regalias que gozam os filhos dos pais evangélicos (*i.e.*, propinas reduzidas) uma vez que seus pais venham declarar à secretaria da escola que querem que seus filhos assistam às classes para explicação do Evangelho”.

Na primeira década do século XX, a Igreja Lusitana do Bom Pastor abriu uma missão na vizinha freguesia da Madalena, onde também

funcionou a partir de 1905 uma escola com aulas à noite para adultos. No relatório de 1907 desta atividade escolar, aqui igualmente coordenada pela União Cristã da Mocidade, anotava-se que o curso noturno tinha sido iniciado em Outubro com 15 alunos, indicando-se também o seu ritmo de alfabetização e os prémios recebidos por isso⁸. A missão manteve trabalho religioso até 1927 (Duarte,1997) mas a atividade escolar parece ter sido relativamente efémera, pois logo no relatório de 1908, André Cassels dá nota da transferência para a escola do Bom Pastor da professora Josefa Campos Araújo “que durante dois anos foi professora de uma filial que tínhamos junto à missão da Madalena”, indicando que por esse motivo aquela escola ficara temporariamente fechada, se bem que durante o inverno, o Rev. Armando Pereira de Araújo, seu coadjutor, tenha “ido ali dar aula nocturna a alguns trabalhadores” (*Relatórios da Igreja Lusitana (...) 1908, 1909*, p. 30).

5. O Colégio Lusitano de Oliveira do Douro

Nos começos da centúria de 1900 a freguesia de Oliveira do Douro

⁸ Arquivo Paroquial do Salvador do Mundo (V. N. Gaia) – *Relatório da União Christã da Mocidade (Delegação da União de Gaya). Magdalena. Gerência de*

1906-1907. 07.12.1907(Documento manuscrito).

era terra de ruralidade ancestral mas também de moleiros, barqueiros e pescadores, tanoeiros, carpinteiros e crescente número de operários que se empregavam não tanto na indústria local, ainda incipiente, mas sobretudo no vizinho polo fabril de Santa Marinha. A população crescia a bom ritmo (21% ao longo da década) mas, dos quase 5.200 habitantes aí recenseados em 1900, apenas 31% dos homens e 18% das mulheres sabiam ler (Costa,1995; 2004, p. 275-287).

Registando este crescimento demográfico – “a população aumentava de ano para ano de uma maneira admirável” – a Junta da Freguesia, reunida em sessão a 15 de março de 1907, pede à Câmara Municipal a criação de uma escola mista, alegando que “o povo na sua ignorância comete erros inconscientemente, não sabendo cumprir os seus deveres para com Deus, para consigo, nem para com os seus semelhantes” (Almeida, 1985, p.156). Por coincidência ou não, um par de meses depois, uma comissão de 83 oliveirenses, na sequência da boa recepção a pregações feitas por membros da União Cristã da Mocidade (Torne) e argumentando também com o aumento demográfico da localidade, endereça ao presidente do sínodo⁹ da Igreja Lusitana uma petição para

que a Igreja estabeleça ali uma escola “onde os moradores desta terra recebessem a indispensável instrução (...) ao mesmo tempo preparadora do intelecto e purificadora de espírito (...) [para] produzir cidadãos honestos e valiosos quer para a vida particular quer para o convívio social” (*Egreja Lusitana*, 200, 1907, p. 2-3).

A nova escola suscitou acesa polémica na imprensa local, nomeadamente entre *A Verdade* (jornal de defesa dos interesses católicos) e *A Luz do Operário*, órgão socialista, que pugnava pelo projeto educativo lusitano (Almeida, 1985, p. 406-408), simpatia que aliás levou ao afastamento político do jornal face ao Partido Socialista (Santos, 2017, p.33).

Naturalmente, a Igreja Lusitana não colocou quaisquer entraves à iniciativa. Formou-se uma comissão (onde pontificava Diogo Cassels, que ofereceu o material escolar) e logo a 6 de Outubro do mesmo ano, o Colégio Lusitano abriu as portas. Numa luzida sessão inaugural foram lidas saudações de importantes personalidades locais e interveio Luís Gonçalves de Oliveira, redactor d’*A Luz do Operário*, muito aclamado pelo apoio dado à iniciativa. Sintetizando os propósitos da

representante secular).

⁹O sínodo é o órgão máximo de governo da Igreja Lusitana, composto pelo clero e representantes leigos das paróquias (originalmente em igual número, o pároco e o

escola, o discurso de Cassels sublinha “as grandes vantagens da instrução e diz que não são só heróis aqueles que levaram o nome português a todos os territórios estrangeiros na ponta da baioneta, mas sim também aqueles que se esforçam para rasgar o véu das densas trevas da ignorância a toda a humanidade” (*Egreja Lusitana*, 209,1907, p. 4).

O colégio ficou instalado numa sala “espaçosa e em boas condições higiénicas” (Cassels, 1908, p, 149). O ano letivo abriu com uma frequência de 54 alunos na aula diurna e 30 na noturna, “tendo nesta última aula sido a inscrição tão abundante que ficaram muitos alunos com a nota de suplentes para serem admitidos logo que seja possível” (*O Imparcial. Jornal mensal...*, 1,1907, p. 4); José Maria Leite Bonaparte, discípulo de Cassels e um dos alunos do primeiro curso teológico da Igreja Lusitana, era o professor.

Nos anos seguintes a escola funcionou com notória afluência de alunos, contabilizando-se mais de uma centena em 1908 e se bem que apenas para o sexo masculino e adultos. Com as primeiras aprovações em exames do 1º grau, e no relatório de 1911 Bonaparte regista que “é impossível atender aos numerosos pedidos de admissão que constantemente nos fazem” (*Relatórios da Egreja Lusitana (...). 1911*,

1912, p. 48).

Entretanto a escola muda de instalações, passando em 1909 para um imóvel na rua dos Mestres (atual rua Santos Pousada) e Bonaparte acentua a necessidade de se abrirem as aulas ao sexo feminino (*Relatórios da Egreja Lusitana (...). 1912, 1913*, p. 49).

Em 1914, pela primeira vez, as aulas funcionaram em regime misto, sendo professora das meninas Laura Bonaparte, esposa do diretor e ministro da congregação religiosa à qual a escola estava anexa. A falta de fontes não permite saber o que se passou nos anos seguintes, pois só em 1925 temos notícia de que o colégio ministrava a ambos os sexos, oferecendo também aulas noturnas para operários. Entre 1920 e 1925, igreja e escola mudaram-se para o lugar do Sardão e só então, tendo José Bonaparte adquirido umas casas no Outeiro, aí se fixaram definitivamente.

À imagem do que se passava no Torne, realizavam-se também no Colégio Lusitano festas escolares para distribuição de prémios aos alunos com melhor frequência ou resultados, naturalmente representando o apogeu do ano escolar. Temos notícia desses eventos pelo menos entre 1909 e 1914, sendo o programa similar ao das festas nas outras escolas

lusitanas e a mesa composta muitas vezes com elementos das autoridades civis. Os prémios incluíam medalhas comemorativas de prata, livros religiosos e profanos, lapiseiras, peças de vestuário e outros, recorrendo-se à generosidade de benfeitores para a sua aquisição.

A escassez de recursos financeiros foi um constrangimento crónico na vida da escola, que ia sobrevivendo à custa de subscrições e apoio de particulares. Em 1914, agravadas as dificuldades pelo tempo de guerra, foi duplicada a quota mensal dos alunos, que passou para quatro centavos, com a promessa de voltar ao valor original após o conflito (*Relatórios da Igreja Lusitana (...). 1914*, 1915, p. 53).

Ainda assim, o Colégio Lusitano de Oliveira do Douro esteve em funcionamento até 1948 ou 1949, tendo passado pelos seus bancos talvez perto de um milhar de alunos (Silva, 2013, pp. 14-17).

6. A reconfiguração da rede escolar lusitana: elementos para uma análise

Elencados que foram os momentos fundacionais das escolas e o seu

desenvolvimento inicial, importa destacar as dimensões que permitem sugerir a consistência da lógica de rede escolar que estas instituições patenteiam.

A amplitude da noção de rede escolar é geneticamente associada à dinâmica social que estas comunidades fomentaram, religando fenómenos normalmente tomados isoladamente; assim poder-se-á considerar que a rede escolar se aproxima do conceito de “campo reformador”, entendido como um campo autónomo resultante, de “uma série de percursos com condições e objetivos diferentes” que, como enfatiza Christian Topalov (1999, p. 465, tradução nossa) “tomou a forma de um conjunto de instituições organizado por sistemas de posições provisoriamente estabilizadas e associadas a categorias de pensamento e ação”.

A rede escolar engloba então uma dupla dimensão – a pedagógica e a social – entrelaçadas numa lógica de investimento social que a visão globalizante do protestantismo matriciado pelo *Réveil*¹⁰ espelha. Cir-

¹⁰ Os *Réveils* (em inglês *revivals* ou *awakenings*) referem-se genericamente a movimentos surgidos periodicamente dentro do cristianismo que pretendem “acordar” os crentes de uma fé adormecida, instalada ou rotineira. Estes movimentos de renovação espiritual têm ocorrido com alguma frequência no seio das igrejas protestantes

e evangélicas, como no Reino Unido e Estados Unidos entre meados dos séculos XVIII e XIX. Pode admitir-se, num plano meramente individual, que alguns dos agentes da implantação do protestantismo em Portugal no século XIX (Kalley, Herberos de Mora, Cassels e outros) possam ter sido influenciados por algumas destas

cunscritos às escolas que eletivamente incorporaram a rede institucional da Igreja Lusitana em Gaia, importa ensaiar uma trajetória que nos permita refletir em torno da perspetiva holística em que porventura a escola se assume como um indelével vetor de fé e de coesão (ver Cabanel, 2006).

As escolas enquadram-se portanto numa cultura e formas de sociabilidade urbanas, circunstância que as aproxima de questões sociais prementes – alcoolismo, miséria física e moral, hábitos antieconómicos, pauperismo, vadiagem, criminalidade, orfandade e prostituição – a que necessariamente não poderiam ser alheias e que em parte informa as suas agendas e práticas que ultrapassam o meramente curricular.

Entroncam-se estes desafios numa segunda dimensão, a social. Entre as respostas ensaiadas, poder-se-ão sinalizar dispositivos intimamente ligados à estrutura eclesial, como o Fundo dos Pobres, ou em interface entre a escola e o templo, como as Uniões Cristãs da Mocidade ou as Ligas do Esforço Cristão. Registam-se também soluções mais específicas de cada comunidade religiosa, como no Torne o Banco

dos Artistas, com o objetivo de “ensinar a classe trabalhadora a praticar hábitos de economia e não desperdiçar dinheiro”, a Sociedade Evangélica de Socorros Mútuos, a Sopa Económica ou a Cozinha Económica, ou o Bairro de Habitação Económica; ou no Bom Pastor as campanhas de vacinação, os banhos de mar ou a difusão de jogos como o *foot-ball*, o *golf*, o *cricket* francês, e a prática da natação. Interessa também destacar o fomento da prática da leitura, com a constituição de bibliotecas populares no Torne, no Bom Pastor e no Prado. Estes dispositivos conciliaram socialização, sociabilidade e solidariedade, cumprindo-se como edificantes, informacionais e mobilizadores para um cristianismo social enraizado nas comunidades. Anote-se, por fim, que o trabalho social das comunidades protestantes era em grande medida declinado no feminino, demonstrando que aquela responsabilidade a todos dizia respeito. As dinâmicas geradas alicerçam-se na coerência de um projeto onde se temperam educação, assistência e evangelização. Porventura tal indicará também a intrusão num campo reformador que tem como horizonte a regeneração da própria socie-

correntes de reavivamento religioso, cujas expressões, além da devoção e piedade

pessoal, passavam pelo zelo missionário.

dade, congregando diferentes setores e instituições capazes justamente de contribuir em diferentes planos, a nível também local, para esse fim.

No caso das escolas protestantes gaienses, o denodo filantrópico reflete-se na rede de benfeitores ou de “pessoas amigas e amantes da instrução” que contribuem para a manutenção das escolas. Nem sempre os doadores liminarmente se reviam em crenças ou posições políticas, mas simplesmente alimentavam a convicção de que a educação é o dínamo do progresso, e conseqüentemente, como enfatizava Diogo Cassels, do “trabalho, iniciativa, economia, moralidade”. À volta das escolas do Torne e, depois, também da escola do Prado, constitui-se uma sólida rede de comerciantes e industriais que apoiam sistematicamente a iniciativa, registada em livros próprios onde anualmente se anotava a empresa ou particular e as quantias oferecidas para sustento das escolas. A lista inicia-se em finais do século XIX (33 nomes), atingindo um máximo de 123 entidades, em 1921; no ano de 1923 cifrava-se em 109, significando que durante 25 anos, em termos médios, a escola podia contar com o apoio de 61 contribuintes (Afonso, 2001).

A trajetória social e o capital cultural e relacional dos irmãos Cassels

possibilitava que se movimentassem também noutros contextos sociais, e com o mesmo espírito abraçaram causas educativas, filantrópicas, associativas, mutualistas, cooperativistas e políticas (Robertson, 1894). O percurso de Diogo Cassels é ilustrativo dessa disponibilidade. Em 1908 o seu trabalho é reconhecido pela Liga Nacional de Instrução, que lhe concede o diploma de “Benemérito da Instrução”; a edilidade gaiense, na reunião de 21 de dezembro de 1910, decide inscrevê-lo na toponímia, mudando o nome da Rua do Torne para Rua Diogo Cassels; o governo republicano exara-lhe, em *Diário do Governo* de 15 de novembro de 1915, um louvor pela sua atividade de benemérito e, a 24 de dezembro de 1922, condecora-o com a Comenda da Ordem de Cristo.

Como assinalado, as dinâmicas das escolas entrelaçam-se com as dinâmicas sociais do seu tempo e, por conjunturas políticas e sociais, para além de inúmeras circunstâncias de ordem mais local, assistiu-se a um paulatino definhar da pujança destes espaços que, em finais na década de 1930, ainda capitalizam uma significativa oferta: o Torne registava a matrícula de 243 crianças de ambos os sexos e tinha um corpo docente composto por 6 professoras; no Prado, com 4 professores, estavam matriculadas 120 crianças de ambos os sexos; para o

Bom Pastor, os 2 professores ministravam o ensino a 130 crianças de ambos os sexos; e em Oliveira do Douro 1 professor ensinava 41 rapazes.

Em 1935 é criada a Associação dos Antigos Alunos das Escolas do Torne e do Prado (AAAETP) com a missão de mitigar as crónicas dificuldades financeiras que assolavam as escolas, reforçar a ação social, nomeadamente auxiliando os alunos de “menores recursos”, custeando um consultório médico e cursos noturnos para trabalhadores. Em 1956 contava com cerca de “dois milhares de inscritos, dos quais 650 pagavam quotização regularmente” e promovia regularmente espetáculos, quermesses ou bazares como forma de angariar verbas para a sua missão; em finais da década de 1970 entra “em declínio, acabando por (...) extinguir-se anos depois.” (Silva & Afonso, 2015, p. 26).

7. A Associação das Escolas do Torne e do Prado: servir a comunidade, inovando socialmente

Para perpetuar aquele legado desde logo decidiram as autoridades da Igreja Lusitana, entidade-berço e proprietária das escolas, criar uma associação sem fins lucrativos que respondesse de forma célere aos

desafios da conjuntura e projetasse para o futuro, de forma mais sustentada e adequada aos novos tempos, a missão de serviço à comunidade herdada do espírito casseliano: um humanismo de matriz evangélica materializada em realizações concretas de intervenção social. Constituída formalmente e registada na Segurança Social a AETP como instituição particular de solidariedade social (*D.R.* 18.05.1989), inaugura-se um novo ciclo de intervenção, desde logo assegurando a continuidade do ensino pré-primário que desde há alguns anos tinha sido implementado no Torne, o que permitiu, até do ponto de vista simbólico, que a interrupção das atividades letivas não ultrapassasse o período estival. Assinalando a responsabilidade e compromisso da Igreja Lusitana neste processo de transição, o bispo diocesano, D. Fernando da Luz Soares, lidera a comissão instaladora e será também, em 1991, após as primeiras eleições para os corpos sociais, o primeiro presidente da associação, cabendo a presidência da assembleia geral a José Manuel Pina Cabral, o último diretor da escola, e a do conselho fiscal ao Rev. Carlos Duarte.

A AETP assume-se como a tradução contemporânea do espírito e dos princípios orientadores da ação de Diogo Cassels em Vila Nova de Gaia. O tempo ao longo do qual se vem estruturando a associação é

naturalmente diferente, mas a consciência ética de servir o próximo mantêm-se na plenitude da sua desafiante atualidade.

Durante os últimos 25 anos, a AETP consolidou-se enquanto projeto cívico capaz de implementar respostas complementares das políticas sociais (ou colmatar os retrocessos das mesmas), filtrado por uma perspetiva democrática, institucionalizando parcerias e serviços sociais, com o objetivo e missão de construir contextos duradouros, multi-solidários e inter-relacionais, nos quais a cidadania, a equidade e a solidariedade são assumidos como princípios estruturantes.

Sucessivas gerações perpetuaram desde então, no Torne e no Prado, a concretização do programa social implementado pelo fundador, ultrapassando largamente a mera oferta escolar, ainda que pedagógica e moralmente qualificada. As regras constitutivas que ancoraram essas experiências, iniciadas há quase século e meio, são ainda hoje os valores que fundamenta a AETP como organização humanitária que se legitima com responsabilidade, competência e prestígio social. O seu quartel de vida prova a sua institucionalização fortemente marcada por dinâmicas de interação, confiança e trabalho cooperativo, eficientes na identificação dos problemas sociais e na procura de respostas inovadoras promotoras de esperança, da dignificação do ser humano

e do compromisso na construção de uma sociedade mais justa e fraterna, valores matriciais da identidade cristã da associação (Cf., Silva & Afonso, 2015).

A multidimensionalidade da ação social da AETP é indelevelmente a marca da perenidade de um projeto galvanizado por cristãos há mais de cento e cinquenta anos no espaço gaiense e que no presente ainda vincam a sua diferença pelo exemplo de perseverança e humanidade.

Notas finais

Com este exemplo, pensamos ter conseguido demonstrar que diferentes atores protagonizaram – e protagonizam – projetos com forte enraizamento local. O tempo é diferente daqueles pretéritos, mas os objetivos mantêm-se presentes, fruto não necessariamente ancorado em propósitos religiosos, mas seguramente dimanados deles e caldeados ao longo de gerações que se reviram nas primícias éticas e morais, incorporando os seus princípios de ação e os seus valores. Interessa também sublinhar que a história do protestantismo encontra aqui uma vinculação social ao local, o que permite inferir que a resistência que patenteou, ao longo dos tempos até pelo menos o 25 de abril de

1974, foi fruto de uma inabalável vontade de disseminar os fundamentos de uma religião não comprometida com os poderes, mas, pelo contrário, com o povo e com as comunidades, preocupada, em suma, com o progresso e a inclusão. Uma outra nota remete-nos para um processo que, na longa duração, foi capaz de mobilizar gerações e acionar uma memória coletiva com consistência temporal e disponibilizar os dispositivos capazes de a reproduzir para além dos sucessivos tempos vividos (Cf., Silva, 2018 b). Este apontamento também vale para se repensar como a história local foi (e talvez ainda o seja) captada e fixada por uma historiografia refém de narrativas hegemónicas, replicadas ao nível local, que fabricavam o cânon político, económico, social e simbólico. Para finalizar, este estudo pode ser motivador para se ir alicerçando uma história local plural e dinâmica, sinónimo da mobilização que sempre tiveram os atores sociais independentemente da sua visibilidade.

Referências Bibliográficas

- Afonso, J. A. (2001). Iniciativas evangélicas de educação popular: reflexões sobre a Escola do Torne (Vila Nova de Gaia). *Anales de Historia Contemporânea*, 17, pp. 415-434.
- Afonso, J. A. & Lacerda, S. A. (1996). Esplendor de uma escola. Subsídios para o estudo da Escola do Torne (1894-1923). *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*, 42, pp. 27-47.
- Afonso, J. A. & Lacerda, S. A. (1995). Memórias da Escola do Torne. In A. M. Silva & J. A. Dias (Coord.). *Vila Nova de Gaia de há 100 anos. Colóquio comemorativo do centenário da Igreja do Torne. Actas* (pp. 169-223). V. N. Gaia: Junta Paroquial São João Evangelista.
- Afonso, J. A. & Silva, A. M. S. P. (2010). Cultura escolar e representação. As Festas da Escola do Torne (Vila Nova de Gaia) durante o ciclo de Diogo Cassels (1868-1923). In M. L. Felgueiras & C. E. Vieira (Ed.), *Cultura escolar, migrações e cidadania: actas do Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*, 7, Porto, Portugal, 2008 [CD-ROM]. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.
- Afonso, J. A. & Silva, A. M. S. P. (2015). A Escola do Torne (Vila Nova de Gaia, Portugal, 1883-1922): as festas como práticas educativas. In M. I. S. Stamatto & O. Neta (Org.), *Práticas Educativas, Formação e Memória* (pp. 15-62). Campinas, SP: Mercado de Letras.
- Afonso, J. A., Silva, A. M. S. P.; Lacerda, S. A. (2016). A escola do Torne (Vila Nova de Gaia): dinâmicas socioeducativas de uma escola evangélica na transição do século XIX. In C. R. Vieira & E. C. Nascimento (Org.), *Contribuições do Protestantismo para a História da Educação no Brasil e em Portugal* (pp. 47-67). Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba.
- Almeida, L. G. (1985). *Notas monográficas sobre a freguesia de Santa Eulália de Oliveira do Douro*. Vila Nova de Gaia: Junta de Freguesia de Oliveira do Douro.
- Aspey, A. (1971). *Por este caminho. Origem e progresso do Metodismo em Portugal no Século XIX. Umas páginas da história da procura da liberdade religiosa*. Porto: Igreja Evangélica Metodista em Portugal.

- Boulay, B. (2010). Variations d'échelle: carographie, historiographie, narratologie. *Atala*, 13, pp. 285-300.
- Cabanel, P. (2006). De l'école protestante à la laïcité. La Société pour l'encouragement de l'instruction primaire parmi les protestantes de France (1829-années 1880). *Histoire de l'éducation*, 110, pp. 53-90.
- Câmara Municipal do Concelho de Vila Nova de Gaia (1909). *Breves Apontamentos Estatísticos dos Serviços Municipaes no Anno de 1908*. Gaia: Tip. Francisco Martins Bastos.
- [Cassels, Diogo] (1908). *A Reforma em Portugal. A historia resumida já publicada na "Egreja Lusitana" nos annos de 1897 e 1898, revista, augmentada...* Porto: Typ. a Vapor de José da Silva Mendonça.
- Cassels, André (1930). Igreja Lusitana Evangélica do Bom Pastor. Candal – Vila Nova de Gaia. *A Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica*. Nº único (Março de 1930). V. N. Gaia, p. 14.
- Costa, F. B. (1995). Demografia e sociedade gaiense nos finais do séc. XIX: contributo para uma história das mentalidades. In A. M. Silva & J. A. Dias (Coord.). *Vila Nova de Gaia de há 100 anos. Colóquio comemorativo do centenário da Igreja do Torne*. Actas (pp. 281-306). V. N. Gaia: Junta Paroquial São João Evangelista.
- Costa, F. B. (2004). *Notas para a história da paróquia de Santa Eulália de Oliveira do Douro*. Oliveira do Douro [V. N. Gaia]: Paróquia de Santa Eulália de Oliveira do Douro.
- Cerrutti, S. & Grangaud, I. (2014). Souces et mises en contexte. Quelques réflexions autor des conditions de la comparaison. In F. Brayard (Dir.). *Des contextes en histoire: actes du Forum du CRH, 2011* (pp. 91-102). Paris: Centre de recherches historiques.
- Duarte, Júlio (1986). O professor Augusto Nogueira e a "Escola do Prado". *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*. 20, pp. 39-40.
- Duarte, Júlio (1997). Igrejas evangélicas na Madalena. In J. C. Cidade et al., *Santa Maria Madalena de Fermucia (Madalena – V. N. Gaia): subsídios para uma Monografia*. Vol. 1 (pp. 272-273). Madalena [V. N. Gaia]: Junta de Freguesia.
- Duarte, Júlio (1999a). *A Paróquia do Salvador do Mundo. Prado, Coimbrões, Vila Nova de Gaia (...) 1901-2001*. S. I. [V. N. Gaia]: Ed. A. (Texto dactilografado).
- Duarte, Júlio (1999b). *André B. Cassels. O Candal – a Escola e a Igreja do Bom Pastor*. S. I. [Vila Nova de Gaia]: Ed. A. (Texto dactilografado).
- Escolas do Torne e do Prado (...) Resumo das suas atividades* (1957). Vila Nova de Gaia: Associação dos Antigos Alunos das Escolas do Torne e do Prado.
- Farge, A. (2002). Penser et définir l'événement en histoire. Approche des situations et des acteurs sociaux. *Terrain*, 38, pp. 69-78.
- Lepetit, B. (1995). L'histoire prend-t-elle les acteurs au sérieux?. *Espaces Temps*, 59-61, pp. 112.122.
- Lopes, A. S. (1884). *Conferências Pedagógicas do Porto em 1884*. Porto: Typ. do Commercio do Porto.
- Moreira, E. [1957]. *Crisóstomo português; elementos para a história do Púlpito*. Lisboa: Junta Presbiteriana de Cooperação em Portugal, s.d..
- Moreira, E. (1958). *Vidas Convergentes. História breve dos movimentos de reforma cristã em Portugal a partir do século XVIII*. [Lisboa]: Junta Presbiteriana de Cooperação em Portugal.
- Nogueira, A. (1930). Igreja Lusitana Evangélica do Salvador do Mundo. Prado – Vila Nova de Gaia *A Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica*. Nº único (Março de 1930). V. N. Gaia, p. 17.

- Notas biográficas de Diogo Cassels (...) Relatório respeitante ao ano de 1950 e sinopse dos anteriores* (s.d.). Vila Nova de Gaia: Associação dos Antigos Alunos das Escolas do Torne e do Prado.
- Silva, A. M. S. P. (1995a). A Igreja Lusitana e o Republicanismo (1880-1910): Convergências e Expectativas do Discurso Ideológico. In SANTOS, M. H. C. Santos (Coord.), *A Vida da República Portuguesa 1890-1990*. Vol. 2. (pp. 739-756). Lisboa: Cooperativa de Estudos e Documentação.
- Silva, A. M. S. P. (1995b). Dos prelos como instrumento de missão. A "boa imprensa" e a imprensa protestante no último quartel do século XIX. In A. M. Silva & J. A. Dias (Coord.), *Vila Nova de Gaia de há 100 anos. Colóquio comemorativo do centenário da Igreja do Torne. Actas* (pp. 93-130). V. N. Gaia: Junta Paroquial São João Evangelista.
- Silva, A. M. S. P. (2007). O Bom Pastor: a Obra que André e Elisabeth Cassels sonharam... e Deus tornou possível. *O Bom Pastor. Número Único Comemorativo*. Vila Nova de Gaia: Junta Paroquial do Bom Pastor, pp. 2-3.
- Silva, A. M. S. P. (Coord.) (2013). *Paróquia de Cristo e Colégio Evangélico Lusitano: um século de testemunho cristão em Oliveira do Douro* (V. N. Gaia). Vila Nova de Gaia: Igreja Lusitana.
- Silva, A. M. S. P. (2018a). A Reforma protestante em Portugal: dos percursos aos finais da monarquia. In AA. VV., *A Reforma aos 500 anos (1517-2017)* (pp. 175-249). Porto: Fundação SPES.
- Silva, A. M. S. P. (2018b). *Torne – um Lugar na História (1868-2018)*. Vila Nova de Gaia: Edição do Arquivo Histórico – Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica (Comunhão Anglicana).
- Silva, A. M. S. P. & Afonso, J. A. (2015). *Associação das Escolas do Torne e do Prado: servir, educar e incluir*. V. N. Gaia: AETP.
- Silva, A. M. S. P., Afonso, J. A. & Vidal, A. (2016). *A Igreja e a Escola do Prado: cento e quinze anos de instrução e testemunho cristão em Coimbrões, Vila Nova de Gaia*. Vila Nova de Gaia: Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica.
- Topalov, C. (1999). Le champ réformateur, 1880-1914: un modèle. In TOPALOV, C. Topalov (Dir.), *Laboratoires du nouveau siècle. La nébuleuse réformatrice et ses réseaux en France, 1880-1914* (pp. 461-474). Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- Peixoto, F. (2018). *Diogo Cassels. A Praxis ao serviço da Fé*. 2ª ed. revista e com posfácio de Helena Peixoto e José António Afonso. Vila Nova de Gaia: Estratégias Criativas.
- Pina Cabral, J. M. (1995). A Escola do Torne: experiência pedagógica e testemunho cristão. In A. M. Silva & J. A. Dias (Coord.), *Vila Nova de Gaia de há 100 anos. Colóquio comemorativo do centenário da Igreja do Torne. Actas* (pp. 307-312). V. N. Gaia: Junta Paroquial São João Evangelista.
- Robertson, A. (1894). The Christian Triumvirate of Oporto. *Light & Truth*, 1, p. 14.
- Santos, L. M. M. (2017). *Cultura e Lazer Operários em Gaia, entre o final da Monarquia e o início da República (1893-1914)*. Vila Nova de Gaia: Amigos do Solar Condes de Resende-Confraria Queirosiana/Edições Afrontamento.

Fontes manuscritas

Arquivo Histórico da Igreja Lusitana: *Donativos para a Escola do Torne e Prado, 1899-1929* (Livro manuscrito).

Arquivo Paroquial do Salvador do Mundo (V. N. Gaia) – *Relatório da União Christã da Mocidade (Delegação da União de Gaya)*. *Magdalena. Gerência de 1906-1907*. 07.12.1907(Documento manuscrito).

Fontes impressas**Relatórios**

Relatorios da Egreja Lusitana Catholica Apostolica Evangélica. 1889. (1890). Lisboa; Relatórios da da Egreja Luzitana Catholica Apostólica Evangélica. 1897-8. (1899). Lisboa: Typ. de A. E. Barata; Relatórios da da Egreja Lusitana Catholica Apostólica Evangélica. 1908. (1909). Lisboa: Typ. e Papelaria Académica de Pires & C^a.; Relatórios da da Egreja Lusitana Catholica Apostólica Evangélica. 1912. (1913). Lisboa: Typ. e Papelaria Académica de Pires & C^a.; Relatórios da da Egreja Lusitana Catholica Apostólica Evangélica. 1913. (1914). Lisboa: Typ. e Papelaria Académica de Pires & C^a.; Relatórios de 1914 da Egreja Lusitana Catholica Apostólica Evangélica. (1915). Porto: Tip. Mendonça.

Periódicos

A Luz do Operário, n.º 127, 1898.

Egreja Lusitana [Catholica, Apostolica e Evangelica na Capella do Torne em Villa Nova de Gaya]. Vila Nova de Gaia, 1894-1923).

Luz e Verdade [A Luz e Verdade, 1905] Revista evangélica mensal [Quinzenário evangélico do Norte, 1911]. Porto, 1902-1922.

O Bom Pastor. [Boletim mensal da obra evangélica no Candal]. Vila Nova de Gaia, 1901-1916.

O Cristão Lusitano. Órgão da Igreja Lusitana Católica, Apostólica, Evangélica. Vila Nova de Gaia, n.º 4, 1925.

O Imparcial. Jornal mensal, Instructivo, Literario e Recreativo. Auctorizado pelo Diário do Governo de 12 de Setembro de 1907, n.º 204. Vila Nova de Gaia, n.º 1, 1907.

Reforma (A). Folha Evangélica [Órgão da Verdade Evangélica em Portugal, 1883; Eco da Egreja Lusitana, 1886]. Porto, 1877-1892(?).

Notas biográficas:

José António Martin Moreno Afonso é Doutor em História da Educação pela Universidade do Minho (Braga, Portugal). É Professor Auxiliar do Instituto de Educação e Investigador do Centro de Investigação em Educação (CIED) da Universidade do Minho. A investigação que desenvolve centra-se na história da educação, nos movimentos sociais, dispositivos institucionais e práticas discursivas, com um particular interesse nas dinâmicas educativas e de socialização em comunidades protestantes na transição para o século XX.

António Manuel S. P. Silva formou-se em História/Arqueologia nas Universidades do Porto e Santiago de Compostela. Coordena o Arquivo Histórico da Igreja Lusitana e o Instituto Anglicano de Estudos Teológicos (Igreja Lusitana; Comunhão Anglicana em Portugal). Tem desenvolvido investigação sobre a história do protestantismo em Portugal, nomeadamente sobre suas principais figuras, imprensa e estruturas educativas, focado em especial na Igreja Lusitana.